



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2018

PROVA OBJETIVA – DIREITO

Direito Constitucional

1. Sobre a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a casa é asilo inviolável, não se admitindo a entrada de terceiros sem o consentimento do morador em nenhuma hipótese;
- b) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
- c) são considerados brasileiros natos todos os nascidos em território brasileiro, não importando se os pais, quando estrangeiros, estão ou não a serviço de seu país de origem;
- d) o Supremo Tribunal Federal e os tribunais superiores têm jurisdição apenas no território do Distrito Federal;
- e) o Ministério Público não poderá exercer o controle externo da atividade policial, já que os órgãos policiais detém autonomia funcional e administrativa.

2. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) nenhum servidor público, estável ou não, está autorizado a realizar greve;
- b) em nenhuma hipótese um estrangeiro poderá assumir um cargo público no Brasil;
- c) os vencimentos pagos pelo Poder Judiciário deverão ser sempre superiores aos pagos pelo Legislativo e Executivo;
- d) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- e) um servidor nunca poderá acumular dois cargos públicos, pois é vedado pela Constituição o recebimento de dois salários pelo mesmo servidor.

3. Considerando o que a Constituição Federal de 88 dispõe sobre a Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o servidor público será aposentado compulsoriamente aos 65 anos;
- b) mesmo sendo de livre nomeação, os cargos comissionados deverão ser submetidos ao concurso público, em obediência ao princípio da impessoalidade;

- c) é obrigatória a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- d) se um servidor for eleito para o mandato de Prefeito de sua cidade, deverá continuar exercendo seu cargo efetivo, sem remuneração;
- e) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de um mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

4. Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) depois de estável, o servidor não mais poderá perder seu cargo efetivo, nem mesmo por processo administrativo ou judicial;
- c) nos casos de aposentadoria voluntária, será considerado apenas o tempo de serviço prestado, independentemente da idade do servidor;
- d) aos servidores públicos não se aplicam nenhum dos direitos assegurados aos trabalhadores privados;
- e) não se admitirá a aposentadoria por invalidez, devendo o servidor ser posto em disponibilidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

5. Sobre o Direito Administrativo brasileiro, alternativa **CORRETA**:

- a) os atos administrativos complexos são aqueles onde há a manifestação de vontade de um único órgão;
- b) o poder de polícia permite que o chefe imediato possa determinar quais ações seus subordinados devem executar;
- c) entre os princípios constitucionais expressos da administração pública estão a legalidade, a moralidade e a eficiência;
- d) o Estado não será responsável por dados



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2018

PROVA OBJETIVA – DIREITO

que seus agentes causarem a terceiros no exercício da função, não importando se houve culpa da vítima;
e) os atos de improbidade administrativa são imprescritíveis.

6. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) para ingresso no serviço público deverá ser observada a idade mínima de 21 anos;
- b) será reservado até 30% das vagas nos concursos públicos para pessoas com deficiência;
- c) para tomar posse no cargo, o servidor deverá estar quite com suas obrigações eleitorais, mas não é exigida a quitação militar;
- d) a nomeação far-se-á em caráter efetivo para cargos de confiança vagos;
- e) é proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

7. Sobre o concurso público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) o concurso somente poderá ser realizado em uma única etapa;
- b) não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado;
- c) o edital do concurso deverá ser publicado apenas em jornais de grande circulação;
- d) não poderá ser cobrado nenhum valor para a inscrição dos candidatos em concursos públicos;
- e) o prazo do concurso será de até 02 anos, não podendo haver prorrogação;

8. Tendo em vista o que diz a Lei nº 8.112/90 sobre a posse e o exercício do servidor público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) a posse deverá ocorrer no prazo improrrogável de 45 dias;
- b) o servidor deverá sempre entrar em exercício no mesmo dia da posse;
- c) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de

confiança;

- d) o servidor que toma posse em cargo efetivo fica sujeito ao estágio probatório pelo período de 12 meses;
- e) o servidor não aprovado no estágio probatório será posto em disponibilidade.

DIREITO PENAL

9. Dentre as afirmações abaixo, qual delas define corretamente o conceito do princípio da intervenção mínima?

- a) Não existe crime sem lei que o defina; não existe pena sem cominação legal.
- b) A pena só pode ser imposta a quem, agindo com dolo ou culpa, e merecendo juízo de reprovação, cometeu um fato típico e antijurídico.
- c) A criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.
- d) Nenhuma pena poderá passar da pessoa do condenado.
- e) Nenhuma das alternativas.

10. Segundo a Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), aquele que transporta consigo, para uso pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal será submetido às seguintes penas:

- a) prestação de trabalhos forçados a comunidade e, em caso de não cumprimento, poderá ser preso.
- b) advertência verbal e prisão.
- c) advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- d) prisão domiciliar e admoestação verbal.
- e) prisão e prestação de serviços à sociedade.

11. Segundo a Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais):

- a) a pessoa jurídica não poderá ser responsabilizada nos casos em que a infração ambiental seja cometida por decisão de seu representante legal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2018

PROVA OBJETIVA – DIREITO

b) somente pessoas físicas podem ser responsabilizadas pelo cometimento de infrações ambientais.

c) a citada Lei não prevê nenhum tipo de responsabilização para pessoas físicas ou jurídicas.

d) as pessoas físicas não poderão ser responsabilizadas pelo cometimento de infrações ambientais.

e) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

12. Luke, funcionário público, deixou de cumprir ato de ofício em razão de interesse pessoal. Luke praticou o crime de:

- a) prevaricação
- b) peculato
- c) calúnia
- d) condescendência criminosa
- e) dano

13. A pessoa que importa moeda falsa:

- a) responde pelo crime de tráfico de documento falsificado.
- b) responde pelo crime de moeda falsa.
- c) não responde por crime nenhum.
- d) responde por tentativa de crime de tráfico de documento falso, se a moeda não chegou a ser usada por ninguém.
- e) pratica contravenção penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

14. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.
- b) a autoridade policial não tem prazo para finalizar a conclusão do inquérito policial.
- c) o inquérito pode ser arquivado pela autoridade policial.
- d) toda ação penal exige necessariamente a

instauração de inquérito policial.

e) o membro do ministério público pode instaurar e presidir inquérito policial.

15. No que diz respeito à ação penal assinale a alternativa **FALSA**:

a) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

b) Será prova suficiente de pobreza o atestado da autoridade policial em cuja circunscrição residir o ofendido.

c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

d) O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.

e) A representação será retratável, depois de oferecida a denúncia.

16. Assinale a opção que **NÃO** constitui recurso no processo penal:

- a) recurso em sentido estrito
- b) carta testemunhável
- c) apelação
- d) agravo
- e) agravo retido

17. São critérios definidores da competência, **EXCETO**:

- a) lugar da infração.
- b) domicílio ou residência do réu.
- c) natureza da infração.
- d) conexão ou continência.
- e) naturalidade da vítima.

18. À luz da Lei nº 9.099/95, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo:

- a) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2018

PROVA OBJETIVA – DIREITO

- b) Os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- c) As contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- d) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- e) Os crimes a que a lei comine pena máxima não inferior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

DIREITO CIVIL

19. Considerando o que dispõe o Código Civil a respeito das pessoas naturais, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial;
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica;
- c) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão;
- d) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária;
- e) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

20. Relativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o Código Civil, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público;
- b) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no

registro;

- c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso;
- d) Os estatutos das associações especificarão as fontes de recursos para sua manutenção, sob pena de nulidade;
- e) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

21. O Código Civil, ao dispor sobre os bens considerados em si mesmos, **NÃO** classifica como bens móveis para os efeitos legais:

- a) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) As energias que tenham valor econômico;
- c) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;
- d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados;
- e) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

22. Nos termos do Código Civil, prescreve em **TRÊS ANOS** a pretensão:

- a) Do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;
- b) Para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem;
- c) Do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo;
- d) Relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas;
- e) De reparação civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. Segundo o que dispõe o novo Código de Processo Civil a respeito da capacidade processual, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou curador, na forma da lei;
- b) O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado com hora certa, enquanto não for constituído advogado;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2018**

PROVA OBJETIVA – DIREITO

- c) A União será representada em Juízo, ativa e passivamente, pelo Presidente da República;
d) Verificada a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício;
e) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

24. Observadas as regras do Código de Processo Civil vigente sobre litisconsórcio, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, ainda que entre elas não haja comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;
b) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes;
c) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes;
d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário;
e) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

25. A respeito dos atos processuais em geral, à luz do Código de Processo Civil de 2015, é **CORRETO** afirmar:

- a) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, sem exceção;
b) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso;
c) Nos atos e termos do processo, salvo exceções, é obrigatório o uso da língua portuguesa;
d) A desistência da ação produzirá efeitos

independentemente de homologação judicial;
e) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

26. Sobre recursos, segundo o novo Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica;
b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses;
c) Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões;
d) Cabe agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre exclusão de litisconsorte;
e) Os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de 5 (cinco) dias e suspendem o prazo para a interposição de recurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

27. No que se refere à semântica, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As rosas deixaram uma fragrância no ar.
b) Maria ascendeu ao cargo de Diretora-Presidente na empresa.
c) Por existir erros, houve a ratificação de seus dados no documento.
d) Para algumas pessoas, cassar patos é um esporte.
e) A seção do filme “Os incríveis” está programada para começar às 17h.

28. Quanto à concordância nominal, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Os documentos vão anexos.
b) Seguem em anexo as cópias.
c) Seguem anexas as cópias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2018

PROVA OBJETIVA – DIREITO

- d) Seguem anexo as cópias.
e) Os documentos devem ser enviados anexos ao e-mail.

29. Assinale a alternativa em que **TODAS** as palavras da opção devem ser acentuadas:

- a) armazem, taxi, jovem, abacaxi.
b) maracuja, alibi, paragrafo, sofa.
c) pomar, ritmo, maciez, urubu.
d) açúcar, tropico, caqui, saci.
e) album, medium, ideia, tramoia.

30. Complete as lacunas da sentença abaixo **CORRETAMENTE**:

“O namorado não _____ bem, nem _____ bem; isso talvez explique o seu _____ humor.”

- a) a queria, lhe tratava, mau.
b) a queria, lhe tratava, mal.
c) lhe queria, a tratava, mau.
d) lhe queria, a tratava, mal.
e) a queria, a tratava, mau.

RASCUNHO				
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30